



226ª Sessão

Recurso nº 5881

Processo Susep nº 10.004450/00-16

RECORRENTE: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

RECORRIDA: SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Previdência privada. Cômputo do período de contribuição em meses e não em anos inteiros. Interpretação de contratos. Prevalência da metodologia de cálculo prevista do Regulamento da entidade. Infração de obrigação de trato sucessivo. Recurso conhecido e provido parcialmente.

PENALIDADE ORIGINAL: Multa no valor de R\$ 16.057,84

BASE NORMATIVA: Art. 19 da Lei nº 6.435/77.

ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 5719/16. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, nos termos do voto da Relatora, dar provimento parcial ao recurso da CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência para: (i) conceder a atenuante prevista no inciso III do artigo 53 da Resolução CNSP nº 60/01; e (ii) excluir o Processo Susep nº 001-03016/93 como paradigma para fins de aplicação de reincidência, uma vez que não mencionado na intimação, como requer o inciso V do artigo 44 da Resolução CNSP nº 107/2004. Presente o advogado Dr. Rodrigo José de Kühl e Carvalho, que sustentou oralmente em favor da recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, o Senhor Representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. José Eduardo de Araújo Duarte.

Participaram do julgamento os Conselheiros Ana Maria Melo Netto Oliveira, Paulo Antonio Costa de Almeida Penido, Carmen Diva Beltrão Monteiro, André Leal Faoro, Washington Luis Bezerra da Silva e Marcelo Augusto Camacho Rocha. Presentes os Senhores Representantes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Drs. José Eduardo de Araújo Duarte e Agostinho do Nascimento Netto, a Secretária-Executiva, Senhora Cecília Vescovi de Aragão Brandão, e a Secretária-Executiva Adjunta, Senhora Theresa Christina Cunha Martins.

Sala das Sessões (RJ), 31 de março de 2016.


ANA MARIA MELO NETTO OLIVEIRA
Presidente e Relatora



215
2

MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS,
DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

Recurso n.º 5881
Processo SUSEP n.º 10.004450/00-16

RECURSO ADMINISTRATIVO

Recorrente: Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A
Recorrido: Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

EMENTA

Previdência privada. Cômputo do período de contribuição em meses e não em anos inteiros. Interpretação de contratos. Prevalência da metodologia de cálculo prevista do Regulamento da entidade. Infração de obrigação de trato sucessivo. Recurso parcialmente provido, para conceder a atenuante prevista no artigo 53, inciso III, da Resolução CNSP 60/2001 e expurgar reincidência não mencionada na intimação, como requer o inciso V do artigo 44 da Resolução CNSP nº 107/2004.

VOTO

1. O recurso é tempestivo e atende todos os requisitos que dele se espera. Conheço-o.
2. Trata-se de mais um caso em que se aprecia a diferença do valor pago pela entidade em relação ao *quantum* apurado pela SUSEP, em virtude da aplicação do critério de interpolação linear para planos bloqueados.



296
S

MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS,
DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

3. O CRSNSP tem vários precedentes, inaugurados a partir de reflexões sobre o voto do revisor no recurso 3594, juntado pela recorrente, em que tem reconhecido que deve ser aplicada a metodologia de cálculo prevista do regulamento do plano, que não pode ser descartada em face de nova metodologia elaborada pela SUSEP, especialmente tratando-se de plano bloqueado, anterior à Lei 6.435/77, não sujeito ao poder regulamentador da Autarquia. Tal entendimento foi adotado pelo Conselho, recentemente, no julgamento dos Recursos 5621 e 4593, na 192ª sessão e, anteriormente, no julgamento do Recurso 5289, na 178ª sessão, cuja ementa se transcreve:

ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3721/13. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento ao recurso da CAPEMI – Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente haja vista que a recorrente, em momento algum, cometeu quebra contratual como alegado pela Susep, posto que o DETEC inovou ao modificar a formulação prevista no Regulamento do plano não podendo a recorrente ser penalizada por agir estritamente dentro das normas regulamentares. A representação da Susep votou pelo provimento parcial do recurso apenas para limitar o agravamento do pena ao dobro de seu valor base. (...)”

4. No caso em exame, o artigo 35 do Capítulo referente ao “Processamento das pensões”, estabelecia expressamente que, “quando a opção se der a partir do 10º ano (décimo) ano, o valor da contribuição mensal para atualização corresponderá ao resultado da multiplicação de uma fração denominador igual a 25 (vinte e cinco) e numerador igual ao número de anos de contribuição pela mensalidade do benefício gerador” (fl. 170)

5. O parecer técnico de fls. 185/186, destacou que “*estudando os autos, observa-se que, independentemente da utilização ou não dos 09 meses finais do ano incompleto de contribuição no cálculo do benefício, a CAPEMI, ainda assim, realizou os primeiros pagamentos da pensão a menor que o devido, no período compreendido de julho/1997 a maio/1999, conforme reconhecido pela própria sociedade, à fl. 68.*”

6. Dessa forma, valendo-me do parecer técnico, entendo que tal erro já caracteriza o pagamento a menor, infração punível nos termos legais e regulamentares invocados pela decisão recorrida. Portanto, o que pode variar, conforme se aplique o critério dos meses ou o dos anos inteiros, é a extensão e

V



217

MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS,
DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

a duração dessa infração; não a sua existência. Ressalto que não é o caso de reenquadramento do tipo infracional, tendo em vista que o que se apura, no caso, é o pagamento a menor do que o devido. Também não se trata de inovação do objeto apurado, tendo em vista que o demonstrativo de cálculo apresentado pela SUSEP à fl. 90 já incluía o período de julho de 1997 a maio de 1999.

7. Destaco que, ainda que os fatos caracterizados como infração remontem ao período de julho de 1997 a maio de 1999, não vislumbro nos autos a caracterização de prescrição, quer ordinária quer intercorrente, tendo em vista que, já em agosto de 2000 a SUSEP iniciara a apuração em comento, pelo envio de ofícios ao PROCON Goiás e à Diretora de Relações da CAPEMI, datados de 29 de agosto de 2000, comunicando a instauração de procedimento de intermediação (fls. 63/64), aos quais se sucederam os seguintes atos:

- Novos ofícios expedidos ao PROCON-GO e à Capemi, respectivamente, em julho e outubro de 2001, conforme fls. 95 e 99;
- Ofício à reclamante enviado pela SUSEP em 29 de novembro de 2001 (fl. 107);
- Manifestações das áreas técnica e jurídica por meio dos pareceres SUSEP/DEFIS/GEFP N. 931/02, fl. 117, de 02 de setembro de 2002, e Parecer PRGER/Contencioso nº 12475/02, de 21 de outubro de 2002, fls. 119/120;
- Encaminhamento ao COLEG para julgamento, em 16.07.2003;
- Parecer SUSEP/DEFIS/GEFIP/N. 4351/05, de 06 de setembro de 2005 (fls. 123/124), e Parecer da Procuradoria Federal nº 23.457/2005, de 10 de novembro de 2005. fls. 125/130.

8. Após tais atos, deu-se a regular intimação da Capemi para apresentação de defesa no processo administrativo, por meio de ofício expedido em 14 de novembro de 2007 (fls. 135), tendo o processo seguido o seu curso regular.

9. Dessa forma, não transcorreu o lapso quinquenal previsto na Lei nº 9.873/99, e o processo, em todas as suas fases, não ficou paralisado por prazo superior a 3 anos, não se caracterizando qualquer inércia da Administração.

10. Conquanto tenha a ora recorrente sido intimada da instauração de processo administrativo apenas em 14 de novembro de 2007, não vejo como se possa alegar a ocorrência de prescrição da pretensão punitiva, ao

P



218
S

MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS,
DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

argumento de que não teria sido dada ciência da investigação à acusada, o que seria imprescindível para interromper o curso do prazo prescricional.

11. Em primeiro lugar, entendo descabido o argumento tendo em vista que a Capemi já houvera sido notificada da apuração dos fatos, por meio dos ofícios de fls. 63/34 e 99, ainda que não estes comunicassem a efetiva instauração de processo administrativo.

12. Ainda que assim não fosse, não concordo com a tese de que haveria necessidade de conhecimento prévio do investigado, ou "*bilateralidade*" do ato, para configuração da causa interruptiva. Com efeito, não é essa a interpretação que deve ser dada ao disposto no art. 2º, inciso II, da Lei n.º 9.873/99. Por meio da Lei n.º 11.941/2009, promoveu-se alteração na redação do inciso I do art. 2º, da Lei n.º 9.873/99, estabelecendo-se como hipótese de interrupção a *notificação ou citação do indiciado ou acusado*. É por meio da notificação ou da citação que se instaura a bilateralidade do processo, com a ciência do indiciado ou acusado dos fatos objetos de apuração. Dessa forma, se exigíssemos para a hipótese do inciso II a bilateralidade do ato, estaríamos estabelecendo hipótese similar àquela prevista no inciso I, o que nos permitiria concluir que a alteração legislativa foi inócua, pois que a exigência de notificação já estaria contida no inciso II. Se a lei não contém palavras inúteis, há de se empregar a interpretação sistemática para se concluir que atos inequívocos de apuração prescindem do caráter de bilateralidade.

13. Sob outro viés, reforçando este posicionamento, é de se registrar que a prescrição da pretensão punitiva dá-se em relação a fatos e não em relação a pessoas, físicas ou jurídicas. Disto decorre que, ao se iniciar um procedimento investigatório para apurar determinada irregularidade, nem sempre estarão plenamente evidenciados os autores do ilícito e todos os contornos da conduta engendrada. Muitas vezes é preciso aprofundar a investigação para determinação da autoria e dos reflexos da conduta, não havendo como exigir-se a intimação do autor ainda não identificado para que haja a interrupção. Não há como se sustentar, nessas hipóteses, a inércia da Administração, não havendo que se cogitar em ocorrência de prescrição.

14. Feitas essas considerações para afastar a caracterização da prescrição, e retomando a análise do caso concreto, entendo que a recorrente faz *jus* à concessão da atenuante prevista na Resolução CNSP n.º 60/2001, art. 53, III, uma vez que pagou a diferença apurada pela SUSEP em novembro de 2001, antes do julgamento do feito em primeira instância administrativa em julho de 2010.

✓



219

MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS,
DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

15. Finalmente, entendo que, uma vez que a obrigação de pagar aposentadoria é de trato sucessivo, prolongando-se pelo tempo e devendo ser adimplida todos os meses, seu pagamento a menor é uma infração continuada, que se repete a cada mês, enquanto não é corrigida. Assim sendo, a infração de que se cuida neste processo cessou apenas em 1º de novembro de 2001, data em que as diferenças levantadas foram salgadas e a aposentadoria foi reajustada corretamente. A essa altura, já haviam transitado em julgado os dois processos-paradigmas apontados pelo relatório de fl. 153 como fundamento para aplicação da reincidência (maio de 1998 e maio de 2000).

16. Ocorre que a intimação da acusada, feita em 14 de novembro de 2007, já sob a égide da Resolução CNSP nº 108/2004, apontava para fins de reincidência apenas o processo 15414.002631/98-74 (fl. 136). Contudo, a intimação deixou de mencionar como paradigma o processo 001.03016/93, apontado apenas quando da decisão condenatória, contrariando o disposto no inciso V do artigo 44 da Resolução CNSP nº 108/2004. Assim, entendo que o processo 001.03016/93 deve ser excluído para fins de reincidência.

17. Por todo o exposto, **dou provimento parcial ao recurso** para reformar a decisão recorrida, para que seja aplicada a circunstância atenuante prevista no inciso III do artigo 53 da Resolução CNSP nº 60/2001 e para que seja excluído para fins de reincidência o processo 001-03016/93.

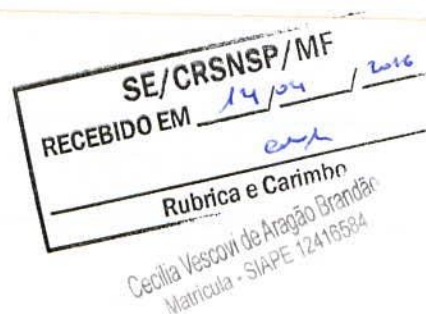
É o voto.

Em 31 de março de 2016.


Ana Maria Melo Netto Oliveira

Relatora

Representante do Ministério da Fazenda





MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS,
DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

Recurso nº. 5881
Processo SUSEP nº. 10.004450/00-16

RECURSO ADMINISTRATIVO

Recorrente: Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A
Recorrido: Superintendência de Seguros Privados – SUSEP
Interessado: Aída Peres

RELATÓRIO

1. Cuida-se de recurso interposto por Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A, que se insurge contra a decisão proferida pelo Coordenador-Geral de Julgamentos da SUSEP (fls. 154), impondo-lhe a sanção de multa prevista na Resolução CNSP nº 14/1995, art. 27, III, por infração ao disposto na Lei nº 6.435/1977, art. 19, pelo descumprimento de condições contratuais, em face do pagamento a menor de parcela do plano de pensão subscrito pela interessada.
2. Em 25 de fevereiro de 1999, Aída Peres apresentou reclamação (fls. 02) contra a ora recorrente junto ao Procon de Goiânia-GO, alegando ter contratado, em setembro de 1973, um plano de pensão oferecido pela recorrente, para o qual teria contribuído por 25 anos, e do qual estaria recebendo benefícios de valor inferior ao esperado. Em 24 de março do mesmo ano, fracassaram as tentativas de acordo entre as partes, mediadas pelo Procon-GO, e a entidade apresentou manifestação perante aquele órgão, a fls. 08/17 (posteriormente complementada em 10 de novembro – fls. 17/23). Nesta, reconheceu que o valor inicial correto dos benefícios, referente a julho de 1997, era de R\$ 58,70, e não de R\$ 53,15, conforme havia definido naquela ocasião. A diferença, acumulada até maio de 1999, resultava num débito de R\$ 142,44 a favor da reclamante, que teria sido quitado em 04 de junho de 2000. A defesa foi instruída com o demonstrativo de cálculo do benefício devido (fls. 25/29) e a nota técnica atuarial relativa ao plano (fls. 39/62).
3. Em 17 de julho de 2000, juntou-se aos autos o despacho do superintendente do Procon-GO (fls. 59/62) determinando o seu envio à SUSEP, para exame dos argumentos e cálculos apresentados pelas partes (fls. 01).
4. Em 03 de julho de 2001, o a área técnica da SUSEP expediu parecer (fls. 85/88), em que conclui que o valor inicial correto para o benefício seria de R\$



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS,
DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

59,61, superior não apenas ao que foi efetivamente concedido (R\$ 53,15) mas também ao valor revisto reconhecido pela recorrente em sua defesa (R\$ 58,70). A diferença resultante, acrescida das correspondentes diferenças incidentes sobre reajustes posteriores, resultava num débito bruto da recorrente perante a segurada de R\$ 726,04; deduzido do montante já pago em junho de 2000 (R\$ 142,44), o débito líquido ainda a saldar era de R\$ 577,36, conforme demonstrativo anexo (fls. 89/93). O Procon-GO foi notificado do parecer em 30 de julho de 2001 (fls. 95/96); a ora recorrente, em 17 de outubro de 2001 (fls. 99/100), tendo recebido prazo de 15 dias para manifestar-se. No último dia deste prazo (1º de novembro de 2001), a recorrente limitou-se a informar à SUSEP que havia pago a referida diferença à segurada, naquela mesma data, pela quantia (presumivelmente atualizada) de R\$ 626,61 (fls. 101/103).

5. Novo parecer técnico da SUSEP de 02 de setembro de 2002 (fls. 117) entendeu que, embora o pagamento em atraso pudesse a princípio caracterizar infração contratual, não haveria base legal para configurá-la, por ser o plano anterior à Lei que o disciplinaria (Lei nº 6.435/1977), tendo sido mesmo bloqueado à comercialização por incompatibilidade entre seus termos e os da legislação. Já o parecer jurídico da Procuradoria Federal Especializada de 21 de outubro de 2002 (fls. 119/120) considerou que, independentemente da data em que foi celebrado o contrato, a partir de julho de 1997 houve pagamento a menor e, consequentemente, infração punível, nos termos da legislação em vigor por ocasião do pagamento, uma vez que esta seria uma obrigação de trato sucessivo. Instada pelo parecer SUSEP de 06 de setembro de 2005 (fls. 123/124) a identificar precisamente a infração e a sanção, a Procuradoria, em parecer de 10 de novembro de 2005 (fls. 125/131), entendeu que a conduta da recorrente violava o art. 19 da Lei nº 6.435/1977, pelo que deveria sofrer a penalidade da Resolução CNSP nº 14/1995 – Normas Anexas, art. 27, III, com a redação dada pela Resolução CNSP nº 05/1997. Propôs também que a SUSEP exigisse da recorrente um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a fim de prevenir a repetição de irregularidades semelhantes que prejudicassem outros segurados da recorrente.

6. Em 13 de novembro de 2007, o Coordenador da GEFIP/DEFIS intimou a recorrente a apresentar sua defesa ante a denúncia de descumprimento de condições contratuais de previdência, acrescida de reincidência apurada em processo transitado em julgado em 05 de maio de 2000. Em 03 de dezembro de 2007, a recorrente apresentou defesa (fls. 139), na qual contestou o critério de cálculo dos benefícios utilizado pela SUSEP em seu parecer de fls. 85/88, que incluiu o uso da interpolação linear para o cômputo do período de contribuição em meses. A recorrente pleiteou o recálculo do período considerando-se o número de anos inteiros de contribuição, invocando o art. 32 do regulamento do plano e de sua nota técnica. Alegou a recorrente que a SUSEP aceitou esse critério por mais de 20



204

MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS,
DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

anos, e que apenas em abril de 2004 é que a recorrente, após reunião com o órgão fiscalizador, alterara o cálculo do número de anos inteiros para o do número de meses, sem efeito retroativo. Uma vez que a aposentadoria em questão fora solicitada em abril de 1997, deveria prevalecer, segundo a recorrente, o critério então vigente, que era o do prazo em anos.

7. Em 22 de fevereiro de 2008, parecer técnico do DETEC/SUSEP (fls. 143/144) mostra-se contrário à argumentação da recorrente, afirmando que a metodologia adotada pela Superintendência é a mesma desde 1996 e baseia-se em relatórios apresentados pela própria recorrente, mencionando um exemplo datado de 1997. A nota técnica atuarial do plano, segundo a SUSEP, é pouco clara a respeito desse ponto e, ademais, não foi aprovada pela Superintendência, por referir-se a plano bloqueado. Nesse quadro, justificar-se-ia o recurso à interpolação linear a fim de computar o período de contribuição em meses, para apuração mais exata dos fatos e, conseqüentemente, aplicação mais justa dos termos contratuais. Com efeito, segundo o parecer, a recorrente não costuma opor objeções nos casos em que a metodologia da SUSEP atende a seus interesses, fazendo-o apenas em ocasiões como a presente, em que aquilo não ocorre. Por fim, ressaltou-se que em 2001, quando o parecer técnico impugnado foi produzido, abriu-se prazo à recorrente para que se manifestasse sobre seus termos e métodos; ao que esta não apenas deixou de opor qualquer objeção, como pagou a quantia que aquele mesmo parecer identificou como devida e atrasada. As conclusões do DETEC foram ratificadas pelo DEFIS/SUSEP em 27 de fevereiro de 2008 (fls. 145/146) e por parecer jurídico da Procuradoria em 28 de março de 2008 (fls. 147/149).

8. Acatando o parecer técnico, o Coordenador-Geral de Julgamentos da SUSEP, em 05 de julho de 2010, julgou procedente a denúncia (fls. 154). Com base no art. 27, III, da Resolução CNSP nº 14/1995, e considerando as reincidências arroladas no demonstrativo de fls. 153, referentes a dois processos, dos quais um transitara em julgado em 26 de maio de 1998 e outro em 05 de maio de 2000, a decisão fixou a multa de R\$ 16.057,84 (dezesseis mil, cinquenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), ou de R\$ 12.043,38 (doze mil, quarenta e três reais e trinta e oito centavos) caso a recorrente fizesse uso da faculdade outorgada pela Resolução CNSP nº 186/2008, art. 60.

9. A recorrente foi intimada em 04 de outubro de 2010 (fls. 193), e tempestivamente apresentou seu recurso (fls. 168/177), reiterando as alegações apresentadas em primeira instância, em particular a de que a sua metodologia de cálculo estaria de acordo com o regulamento do plano, em seus arts. 8º, 32 e 35, parágrafo único. Invocou o precedente estabelecido no processo 15414.002818/2002-42, acórdão 2.421/2010, em que questão essencialmente idêntica teria sido analisada e no qual teria obtido ganho de causa. Por fim, pleiteou



205

MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS,
DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

a recorrente que, caso mantida a punição, fosse-lhe aplicada a atenuante prevista na Resolução CNSP nº 60/2001, art. 53, III, por haver pago a quantia exigida antes do julgamento do feito em primeira instância, e que lhe fosse ainda desconsiderada a reincidência, uma vez que as decisões dos processos-paradigmas transitaram em julgado depois da alegada infração, que seria a concessão da aposentadoria a menor (julho de 1997).

10. O parecer técnico de fls. 185/186) e o parecer da PGFN junto a este Conselho de fls. 196/197, por sua vez, replicam que, mesmo que o critério de anos completos prevaleça como quer a requerente, subsistiria ainda a infração do pagamento a menor durante o período inicial da aposentadoria, entre julho de 1997 e maio de 1999, conforme reconhecido pela própria recorrente, à luz de sua própria metodologia, em sua primeira resposta à reclamante (fls. 09 e 68). Uma vez que a recorrente tratou de reparar as consequências daquela infração antes mesmo de qualquer intervenção da SUSEP, é de se reconhecer a atenuante invocada, segundo os pareceres. Contudo, não seria cabível excluir a reincidência, pois a data de caracterização da infração não seria a da concessão da aposentadoria a menor (julho de 1997), mas a do pagamento, pela recorrente, da diferença daí resultante (junho de 2000), o qual se deu após o trânsito em julgado dos processos-paradigmas. Propõem que o recurso seja conhecido e parcialmente provido no que diz respeito à aplicação da atenuante, mas improvido no tocante à subsistência da infração e à exclusão das reincidências.

11. A 26 de julho de 2012, foram encaminhados os autos a esta Representação do Ministério da Fazenda, para sua manifestação.

É o relatório.

Brasília, 23 de maio de 2014.

Ana Maria Melo Netto Oliveira
Ana Maria Melo Netto Oliveira

Relatora

Representante do Ministério da Fazenda

DEGER/COSEC/CRSNSP
RECEBIDO
EM 12/7/14
[Assinatura]

212
pe

MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS
PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

Processo SUSEP Nº 10.004450/00-16

Processo CRSNSP Nº 5881

Recorrente: Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A

Recorrida: Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

Conselheiro Relator: Ana Maria Melo Netto Oliveira

RELATÓRIO DE VISTAS

Senhores Conselheiros,

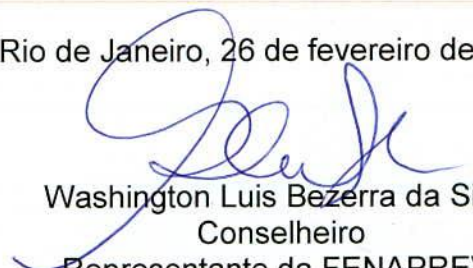
Na 205ª Sessão do CRSNSP solicitei vistas do processo, suspendendo seu julgamento, no sentido de melhor analisar as alegações realizadas pela Recorrente, em especial quanto à ocorrência da prescrição da pretensão punitiva da Denúncia originada de Ofício do PROCON de Goiás, e recepcionado pela Autarquia em 28/08/2000.

Analisando os autos, verifico que inobstante a Recorrente tenha sido intimada da instauração do processo administrativo somente em 14/11/2007 (fls.135), a mesma já havia sido notificada em 29/08/2000 da apuração dos fatos, por meio dos Ofícios de fls. 64/65, e, posteriormente em 02/11/2001 (fl.99), tomando ciência quanto aos procedimentos investigatórios para averiguação das irregularidades apontadas.

Outrossim, apesar dos fatos tidos como infração serem do período de julho de 1997 a maio de 1999, concessão da aposentadoria, constato que a matéria ora tratada refere-se a obrigação de trato sucessivo, em que a infração cessou em 01/11/2001, quando a Recorrente realizou o pagamento das diferenças apuradas pela reanálise do processo de aposentadoria (fls. 103), sanando a suposta irregularidade.

Assim, após análise do processo, devolvo os autos em comento, para que seja encaminhado a CGJUL, e, por conseguinte, colocado em pauta para o julgamento do recurso.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2016.


Washington Luis Bezerra da Silva
Conselheiro
Representante da FENAPREVI

